

## APLICAÇÃO DO MODELO DE AÇÃO RACIONAL SOBRE A INTENÇÃO DE DESISTIR DE ESTUDAR \*

MIRLENE MARIA MATIAS SIQUEIRA \*\*  
TEREZA YOSHICO TANIZAKI DE MIRANDA \*\*

### RESUMO

Os autores do Modelo de Ação Racional (Fishbein e Ajzen, 1975) pressupõem que a variável mais diretamente associada a um comportamento é a intenção que, por sua vez, pode ser determinada pela atitude do sujeito em relação ao comportamento em questão e pela norma subjetiva, isto é, o componente social do comportamento. Buscando enriquecer investigações já realizadas no Brasil empregando o referido modelo, este estudo procurou verificar a sua consistência ao analisar a predição da intenção de desistir de estudar. A amostra constituiu-se de 42 alunos de ambos os sexos, da 5.<sup>a</sup> série de uma escola pública, aos quais foi aplicado um instrumento avaliando: intenção (I), atitude (A), norma subjetiva (NS), crenças comportamentais (CC), avaliação de crença (AC), crenças normativas (CN) e motivação para concordar com os referentes (M). Observou-se que quatro dentre as seis correlações simples esperadas, entre as variáveis do modelo foram significativas, quais sejam: entre Intenção x Atitude, Atitude x Avaliação de crença, Norma subjetiva x Crenças Normativas e Norma Subjetiva x Motivação para concordar com os referentes. Quanto aos resultados da análise de regressão múltipla, observou-se que apenas a variável Atitude teve contribuição significativa para a predição da Intenção. Adicionalmente em relação à variável Atitude ocorreu participação significativa apenas da avaliação das crenças e, finalmente, para a variável Norma Subjetiva os resultados indicaram significância do peso da Motivação para Concordar.

Considerando-se que a intenção comportamental sob investigação associa-se a um comportamento que representa a interrupção do ato de estudar, os resultados deste estudo abrem novas perspectivas às pesquisas acerca da aplicabilidade do modelo de Ação Racional no contexto brasileiro.

\* Trabalho apresentado na XVII Reunião Anual de Psicologia, realizada em Ribeirão Preto, SP, em outubro de 1987, com o título de "Análise de Intenção de Desistir de Estudar: uma Aplicação do Modelo de Ação Racional", resultado de um estudo que contou com a participação do Dr. Fernando Antônio Leite de Oliveira e Sandra Augusta de Melo Neves a quem os autores agradecem a colaboração.

\*\* Professores do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (Endereço dos autores: Av. Pará, 1700 — Jardim Umuarama — 38400 — Uberlândia, MG)



# UTILIZATION OF THE THEORY OF REASONED ACTION OVER THE STUDY ABANDONMENT INTENTION

## ABSTRACT

The authors of the Theory of Reasoned Action (Fishbein & Ajzen, 1975) postulate that the intention is the variable most directly associated with a behavior, otherwise it can be determined by the subject's attitude related to the behavior in question and by the subjective norm, the social behavior component.

The aim of this study was to use the author's Theory to verify its consistency on the prediction of study abandonment intention.

The sample were 43 students of both sex, attending the 5<sup>th</sup> grade of a public school. A measure instrument was used to evaluate: Intention (I); Attitude (A); Subjective Norm (N.S); Behavior Belief (C.C); Belief Evaluation (A; C); Normative Belief (C.N); and Motivation to agree with referents (M).

The data showed that four among six simple correlations were significant: between Intention x Attitude, Attitude x Belief Evaluation; Subjective Norm x Normative Belief and Subjective Norm x Motivation to agree with referents.

Concerning the results on the multiple regression analysis it was observed that only the attitude variable was significant to predict intention. In addition, related to the attitude variable there was significance only with the belief evaluation and finally related to the subjective norm variable there were significant results relating to the magnitude of motivation toward agreement.

Considering that the behavioral intention under investigation is associated to the behavior that represents the interruption of the study act, the results of this study may open new frontiers to researches about the applicability of the Theory of Reasoned Action to Brazilian context.

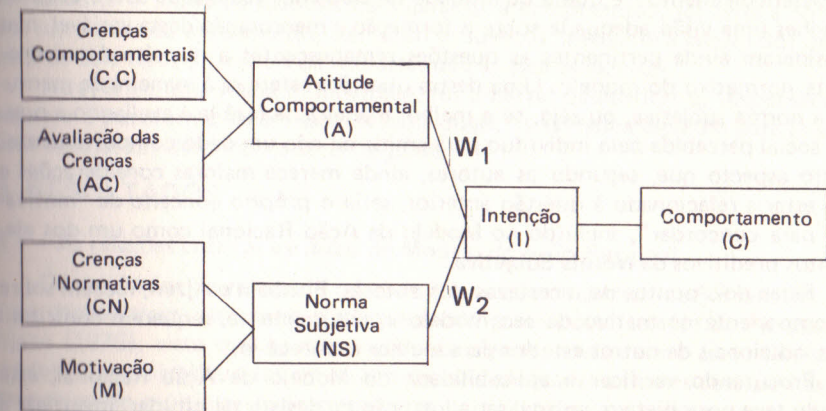
## 1. INTRODUÇÃO

Durante a década de 70, o campo teórico da Psicologia Social foi ampliado através das contribuições formuladas por Fishbein e Ajzen (1975) a respeito da predição do comportamento sintetizadas no Modelo da Ação Racional.

Um dos pressupostos básicos desses autores é a idéia de que o homem, sendo um espécime racional, faz uso de modo sistemático das informações que lhe estão disponíveis para chegar a uma forma razoável de decisão comportamental (Ajzen & Fishbein, 1980; Fishbein & Ajzen, 1975). Isto não significa, segundo os autores, que o comportamento humano será sempre razoável ou adequado de um ponto de vista objetivo, pois é necessário levar em consideração o fato de que nem sempre as informações disponíveis são verdadeiras e/ou mesmo completas.

Outrossim, Fishbein e Ajzen (1975) argumentam que uma pessoa, antes de se engajar ou não num determinado comportamento, irá considerar, via de regra, as implicações das suas ações. Assim, os autores descartam quaisquer referências ou motivos inconscientes ou desejos irresistíveis como variáveis determinantes e controladoras diretas do comportamento humano. Ao contrário, a maioria das ações humanas de relevância social está sob o controle da volição.

Segundo o modelo, as ações humanas, de modo geral, poderiam ser preditas através de variáveis específicas, incluindo: a intenção comportamental que é a mais diretamente ligada ao comportamento; a atitude frente ao comportamento em questão, entendida como uma avaliação afetiva pró ou contra este dado comportamento e a norma subjetiva que consiste na crença do indivíduo sobre a avaliação dos referentes acerca de seu comportamento. Pressupõem os autores (Ajzen & Fishbein, 1980) que atitude pode ser mensurada indiretamente através de dois componentes intitulados como crenças comportamentais e avaliação dessas crenças. Para avaliar de maneira indireta a norma subjetiva, eles propõem abarcar duas outras variáveis denominadas crenças normativas e motivação para concordar com os referentes (Figura 1).



$W_1$  e  $W_2$  = pesos de A e NS empiricamente determinados

Figura 1 — Modelo da Ação Racional — Relações entre os componentes

Em geral, as pesquisas realizadas a partir dos pressupostos teóricos de Fishbein e Ajzen trouxeram suporte empírico para o Modelo de Ação Racional. Dentre uma multiplicidade de comportamentos submetida à análise e predição através do modelo, incluem-se: doação de sangue (Lima, 1982; Pomazal & Jaccard, 1976), eleições políticas (Fishbein, Ajzen & Hunkle 1980), relações sexuais pré-



maritais (D'Amorim & Gomide, 1986; Tanizaki, 1984), amamentação (Manstead, Proffit & Smart, 1983), recrutamento de pessoal (*apud* Tuck, 1978) e uso de drogas (Pomazal & Brown, 1977).

Entretanto, ainda persistem controvérsias quanto à contribuição do elemento normativo para a predição de Intenção Comportamental. Inicialmente, os autores do modelo (Fishbein, 1967) incluíram uma terceira variável preditiva da Intenção Comportamental, denominada crenças normativas pessoais. Elas representavam a crença do indivíduo daquilo que ele deveria ou não fazer a partir dos seus próprios valores morais a respeito de um dado comportamento. Contudo, os autores (Ajzen e Fishbein, 1980) retiraram este terceiro componente, ao considerá-lo como uma simples medida alternativa da intenção comportamental.

Por outro lado, Fredricks e Dossett (1983) consideram que em situações específicas as crenças normativas pessoais apresentam maiores correlações com a Intenção Comportamento do que a Norma Subjetiva e Atitude e, portanto, consideram tais crenças como capazes de acrescentar contribuição significativa na predição de Intenção Comportamental. Os próprios autores, Ajzen e Fishbein (1980), acreditam que a teoria por eles desenvolvida ainda esteja em "processo de desenvolvimento" e que a quantidade de trabalhos realizados sobre atitudes deu-lhes uma visão adequada sobre a formação e mensuração desta variável, mas consideram ainda pertinentes as questões remanescentes a respeito do componente normativo do modelo. Uma destas questões refere-se à maneira de mensurar a norma subjetiva, ou seja, se a melhor maneira de fazê-la é avaliando a pressão social percebida pelo indivíduo para emitir ou não um dado comportamento. Outro aspecto que, segundo os autores, ainda merece maiores considerações e que estaria relacionado à questão anterior, seria o próprio conceito de "motivação para concordar", incluído no Modelo da Ação Racional como um dos elementos preditivos da Norma Subjetiva.

Estes dois pontos de incertezas dos autores, Fishbein e Ajzen, recaem sobre o componente normativo de seu modelo e, naturalmente, requerem contribuições adicionais de outros estudos para melhor esclarecê-lo.

Procurando verificar a aplicabilidade do Modelo de Ação Racional, este estudo teve por objetivo, ao analisar a intenção de desistir de estudar, investigar a real contribuição das variáveis Atitude e Norma Subjetiva na predição da Intenção Comportamental bem como discutir, com dados específicos de um fenômeno que emerge no meio educacional brasileiro, a efetiva participação dos componentes atitudinal e normativo dentro do referido modelo.

## 2. MÉTODO

### 2.1 – Sujeitos

Participaram como sujeitos deste estudo 42 alunos da 5.<sup>a</sup> série do 1.<sup>o</sup> grau de uma escola estadual, do período noturno, cuja idade variava de 12 a 31 anos, sendo 19 do sexo masculino e 23 do sexo feminino.

### 2.2 – Instrumentos e Procedimentos

A construção do instrumento foi orientada por dados obtidos através de um levantamento inicial das crenças e referentes modais junto a 12 sujeitos, alunos da 5.<sup>a</sup> série de 1.<sup>o</sup> grau aleatoriamente selecionados para este fim.

O questionário final consistiu de 43 itens sendo: um item de medida direta de intenção (I); outro de atitude (A); um de norma subjetiva (NS); 11 itens de medida da força das crenças (CC); o mesmo número de itens para quantificar a avaliação das crenças comportamentais (AC); 9 itens de medida das crenças normativas (CN) e o mesmo número para avaliar a motivação para concordar (M).

Os itens elaborados, especialmente para as variáveis do Modelo de Ação Racional e que deveriam suscitar nos sujeitos respostas avaliativas, foram seguidos de escalas bipolares ("bom-ruim"); aqueles que deveriam levantar respostas probabilísticas foram acompanhadas de escalas do tipo "é possível – é impossível". Os dois tipos de escala mediam 9 centímetros cada, com escores variando de 10 a 100. Foi solicitado aos respondentes que dessem informações de seus dados pessoais ao final do questionário (Anexo 1).

Os questionários foram aplicados pelos pesquisadores em salas de aula simultaneamente a todos os sujeitos. Para garantir a compreensão, foi feita a leitura das instruções do instrumento, alertando os sujeitos, mediante a leitura dos itens, para os dois tipos diferentes de respostas que as escalas exigiam.

Através de uma régua milimetrada, foi possível quantificar as respostas dos sujeitos e transformá-las em escores individuais. Estes dados serviram para as análises estatísticas descritas na seção seguinte.

## 3. RESULTADOS

### 3.1 – As relações entre as variáveis do Modelo de Ação Racional

Os resultados deste estudo relativos à intenção de desistir da 5.<sup>a</sup> série do 1.<sup>o</sup> grau demonstram, em parte, a adequação do pressuposto teórico de Fishbein e Ajzen (1975), visto que as correlações simples esperadas entre as variáveis do modelo foram significativas em quatro das seis analisadas e que os coeficientes de determinação múltiplos indicam pequena participação das variáveis como regressores (Figura 2).

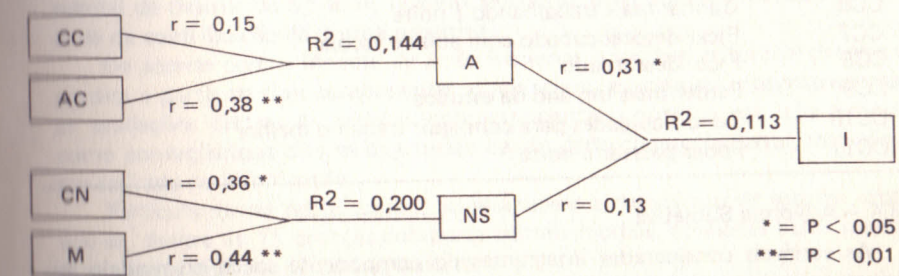


Figura 2 – Correlações simples (r) e coeficientes de determinação múltiplos ( $R^2$ ) entre as variáveis do modelo



### 3.2 – A Intenção Comportamental

A intenção (I) de desistir da 5.<sup>a</sup> série do 1.<sup>o</sup> grau correlaciona-se de forma positiva e significativa com a medida direta da atitude (A) [  $r = 0,31$ ;  $p = 0,022$  ], não sendo observada, por outro lado, correlação significativa entre a intenção (I) e a norma subjetiva (NS) [  $r = 0,13$ ;  $p = 0,212$  ].

A principal variável dependente do modelo, a intenção comportamental de desistir da 5.<sup>a</sup> série, teve sua variação total explicada em 11,39%, visto que os seus fatores determinantes (Atitude e Norma Subjetiva) propiciaram um coeficiente da ordem de 0,113 ( $R^2 = 0,113$ ). Observou-se que a medida direta de atitude (A) contribuiu com 17,4% [  $B^2 = 0,174$ ;  $t = 2,035$ ;  $p = 0,049$  ] e que a medida direta da norma subjetiva (NS) não apresentou contribuição significativa [  $B^2 = 0,023$ ;  $t = 0,733$ ;  $p = 0,468$  ].

### 3.3 – A Atitude

As duas variáveis que, segundo o modelo, representam medidas indiretas da atitude comportamental, quais sejam, crenças comportamentais (CC) (Quadro I) e avaliação das crenças (AC) tiveram relações diferenciadas com a medida direta da atitude (A). Os dados demonstram que Avaliação das Crenças correlaciona-se positiva e significativamente com Atitude [  $r = 0,38$ ;  $p = 0,007$  ], enquanto que Crenças Comportamentais não se correlacionam com Atitude [  $r = 0,15$ ;  $p = 0,167$  ], não sustentando o pressuposto teórico dos autores.

Quadro I

Conjunto das Crenças Comportamentais revelado pelos sujeitos (N = 42)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
CC1	Fazer outro curso à noite
CC2	Fazer o que bem quisesse
CC3	Ficar desinformado, sem conhecimentos
CC4	Perder os amigos da escola
CC5	Trabalhar à noite
CC6	Ganhar mais trabalhando à noite
CC7	Ficar despreocupado com aulas e escola
CC8	Ficar descansado
CC9	Perder mais um ano de estudos
CC10	Ter dificuldades para conseguir trabalho melhor
CC11	Poder passear à noite

### 3.4 – A Norma Subjetiva

As variáveis consideradas integrantes do componente social do modelo, ou sejam, as crenças normativas (CN) (Quadro II) e a motivação para concordar com os referentes (M) tiveram correlações significativas com a norma subjetiva (NS).

Entre Norma Subjetiva e Crenças Normativas foi obtido um  $r = 0,36$  ( $p = 0,010$ ) e entre Norma Subjetiva e Motivação para concordar com os referentes um  $r = 0,44$  ( $p = 0,002$ ).

Quadro II

Conjunto de Referentes Modais indicado pelos sujeitos (N = 42)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
CN1	Colegas da escola
CN2	Namorado(a) ou noivo(a)
CN3	Pais
CN4	Amigos ou colegas de rua
CN5	Familiares (irmãos, tios, avós, primos)
CN6	Pessoas que querem o melhor para mim
CN7	Colegas que desistiram de estudar
CN8	Pessoas que não gostam de mim
CN9	Colegas de trabalho

O componente social teve 20% ( $R^2 = 0,200$ ) de sua variação total explicada pelos seus regressores, dos quais 14% são devidos ao elemento motivacional (M) [  $B^2 = 0,140$ ;  $t = 1,841$ ;  $p = 0,074$  ]. Em relação ao componente normativo (CN), não houve significância em sua contribuição [  $B^2 = 0,009$ ;  $t = 0,476$ ;  $p = 0,637$  ].

## 4. DISCUSSÕES E CONCLUSÕES

Os autores (Ajzen e Fishbein, 1980) do Modelo de Ação Racional atualmente pressupõem que os melhores determinantes da intenção comportamental sejam as variáveis atitude e a norma subjetiva. Contudo, os resultados desse estudo confirmam apenas parcialmente tal pressuposto, visto que somente o elemento atitudinal contribuiu significativamente para a predição da intenção comportamental de desistir da 5.<sup>a</sup> série, ficando, portanto, mais uma vez revelada a fragilidade da contribuição da norma subjetiva.

De acordo com o Modelo de Ação Racional, a variável atitudinal deveria ser predita a partir de dois componentes, quais sejam, as crenças comportamentais e as avaliações destas. As crenças comportamentais, por sua vez, são definidas como conseqüências diretas da emissão de um dado comportamento, mas não de sua retirada ou interrupção.

Particularmente neste estudo, ao se analisar a desistência de estudar, observou-se, dentre as 11 crenças comportamentais modais, reveladas pelos sujeitos, duas classes distintas de conseqüências:

a) 5 conseqüências diretas, como previstas pelo modelo (CC3, CC4, CC7, CC9 e CC10) e b) 6 conseqüências "alternativas", não previstas pelo modelo, mas indi-



cadados pelos sujeitos e posteriormente classificadas pelos pesquisadores como "alternativas comportamentais" (CC1, CC2, CC5, CC6, CC8 e CC11) (Vide Quadro I).

Estas alternativas poderiam ser consideradas opcionais, visto que a retirada de uma classe de comportamentos dá margem a um espaço de tempo livre na vida do sujeito, o qual poderia ser preenchido por quaisquer outros comportamentos de interesse do mesmo.

A análise do conteúdo semântico das 11 crenças comportamentais, relativas ao comportamento de desistir da 5.<sup>a</sup> série, revelou que dentre as cinco conseqüências diretas estão incluídas quatro com conteúdo negativo para o sujeito e uma com significado positivo.

As conseqüências negativas, relacionadas à desistência de estudar, referem-se, em geral, às limitações que o estudante teria em relação às suas ligações afetivas com os colegas (CC4), à possibilidade de acesso a melhores condições de trabalho (CC10) e dificuldades para o seu aprimoramento acadêmico (CC3 e CC9). A única conseqüência direta com conteúdo positivo envolve a liberação do sujeito para com seus compromissos escolares, permitindo-lhe ficar "despreocupado" com as aulas e a escola (CC7). Pode-se considerar que esta crença envolve a percepção do aluno de que a escola não lhe oferece oportunidade de atividades agradáveis ligadas diretamente ao processo ensino-aprendizagem.

Ficou evidenciando, pela análise de conteúdo das crenças opcionais, que os sujeitos acreditam na ocorrência de conseqüências essencialmente positivas associadas à desistência de estudar, envolvendo:

- a) a sua vida profissional, visto que eles poderão "trabalhar à noite" (CC5) e até "ganhar mais" (CC6);
- b) as suas atividades de lazer, na medida em que percebem que poderão "ficar descansando" (CC8), poderão "passear à noite (CC11)" ou "fazer o que bem quiserem" (CC2) e, finalmente, acreditam que em relação à sua vida acadêmica poderão "fazer outro curso à noite" (CC1).

Nota-se, a nível do aspecto volitivo, uma nítida distinção entre os dois conjuntos de crenças diretas e alternativas. Enquanto as diretas têm conteúdo negativo e desagradável, elas parecem estar mais associadas às imposições do meio do que as conseqüências alternativas que, por sua vez, aparentam estar sob o controle do indivíduo, sob a sua escolha e, por isso, elas se configuram como crenças mais positivas.

Os autores deste estudo gostariam de enfatizar o fato de que, quando o assunto sob investigação através do modelo de Fishbein e Ajzen constitui-se na retirada de uma classe comportamental, é possível aparecer, dentre as crenças comportamentais, dois conjuntos distintos de conseqüências: um conjunto previsto pelo modelo e definido pelos seus autores, como "conseqüência direta" e um outro, como "alternativas comportamentais", as quais aparecem como possíveis substitutos de um comportamento ou classe comportamental a ser eliminada. Assim sendo, não se pode esperar necessariamente uma relação significativa entre a atitude e a totalidade das crenças comportamentais. Nestes casos, para ser fiel ao modelo, seria mais adequado considerar apenas o conjunto das conseqüên-

cias diretas como variáveis capazes de representar as crenças comportamentais indicadas por Fishbein e Ajzen para mensurar indiretamente as atitudes.

Alguns estudos (Fredricks & Dosset, 1983; Durand, Bearden, Ashworth & Gustafson, 1978) têm demonstrado a fragilidade das suposições dos autores quanto à contribuição da norma subjetiva na explicação da intenção comportamental. Os resultados desta pesquisa reafirmam estes achados, visto que a norma subjetiva dos alunos de 5.<sup>a</sup> série do 1.<sup>o</sup> grau não se correlacionou significativamente com a intenção de desistir de estudar.

De posse destes dados referentes a este estudo e de outros citados na literatura, parece de considerável relevância dar maior atenção às possíveis causas que estariam ligadas à fragilidade da Norma Subjetiva na predição de Intenção Comportamental. Neste sentido, os autores deste trabalho entendem que uma possível questão a ser melhor investigada em futuras pesquisas seria a forma ou a metodologia empregada na mensuração direta de Norma Subjetiva. Esta posição fundamenta-se na obtenção de uma relação significativa entre a medida indireta da Norma Subjetiva e a Intenção Comportamental ( $p = 0,44$ ;  $p = 0,002$ ) observada nos dados deste estudo. Esta variável, qual seja, a medida indireta de Norma Subjetiva, é obtida de uma maneira diversa da medida direta, onde considera-se simultaneamente a motivação para concordar com os referentes (M) e as crenças normativas (CN).

Deste modo, os resultados deste estudo não trazem suporte para o pressuposto de Fishbein e Ajzen no que se refere à Norma Subjetiva como um dos determinantes de Intenção Comportamental, através da sua medida direta mas o faz através de medida indireta. O que pode se considerar neste caso seria a inadequação da questão apresentada aos sujeitos para a medida direta de Norma Subjetiva. Estes achados, entretanto, necessitam ser submetidos a novos exames para verificar sua consistência.

No que se refere ao levantamento das crenças normativas, os alunos da 5.<sup>a</sup> série indicaram como seus referentes os colegas da escola, colegas da rua, colegas do trabalho, colegas que desistiram de estudar, os pais, os familiares mais próximos, namorado ou noivo, pessoas que querem o melhor para eles e pessoas que não gostam deles (vide Quadro II).

De acordo com os diversos teóricos da Psicologia da Adolescência (McKinney, Fitzgerald & Strommem, 1983; Aberastury & Knobel, 1981; Erickson, 1972), o jovem freqüentemente busca apoio, referência social dentre os seus pares. Sustentando estas suposições, os achados deste estudo revelam "os colegas" (da escola, da rua, do trabalho. . .) como um grupo de pressão social e, portanto, tendo participação marcante na vida acadêmica dos sujeitos como agentes sociais.

Desta forma, não é de se estranhar que os sujeitos deste estudo, concentrados em 81% na faixa etária de 12 a 21 anos, e, portanto, essencialmente pessoas jovens, tenham citado, entre os nove referentes, quatro que representam o grupo de pares. O núcleo familiar também se constituiu em fonte de referência, uma vez que os sujeitos incluíram como referentes os pais e os familiares mais próximos (irmão, tios, avós, e primos). Além disso, foram citadas pessoas que gostam e que querem o melhor para o jovem, indicando que a relação afetiva entre o in-



divíduo e qualquer outra pessoa pode torná-la uma importante fonte de referência social para o seu comportamento.

Dado que o objetivo desta investigação foi o de verificar a contribuição das variáveis atitude e norma subjetiva para a predição da intenção comportamental, os dados aqui apresentados, uma vez mais, acentuam o parecer dos próprios autores do Modelo da Ação Racional (Ajzen e Fishbein, 1980), quanto à consistência da contribuição do elemento atitudinal.

Sobre este aspecto, o que este estudo trouxe de novo refere-se à questão da medida indireta de Atitude relacionada à intenção comportamental. Nos casos em que a intenção comportamental sob exame focalizar a retirada de comportamentos, a questão que deverá suscitar nos sujeitos, a indicação de suas crenças comportamentais poderá levá-los a expressarem crenças comportamentais "alternativas" que viriam substituir o comportamento. Este resultado pode intervir, fragilizando ou fortalecendo a relação entre o conjunto das Crenças Comportamentais e a Atitude prevista pelo modelo.

Quanto à norma subjetiva, não foi possível reverter a sua condição de fragilidade já observada em pesquisas anteriores, principalmente no que se refere à sua medida direta. Visto que existem questões concernentes a sua mensuração e o próprio conceito de "motivação para concordar", os autores deste trabalho propõem que mais investigações sejam realizadas, com o objetivo de reduzir as controvérsias sobre a contribuição do elemento normativo no Modelo da Ação Racional.

##### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. *Adolescência Normal*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 1981.
- AJZEN, I. & FISHBEIN, M. *Understanding Attitudes and Predicting Social Behavior*. New Jersey, Prentice Hall, 1980.
- D'AMORIM, M.A.M. & GOMIDE, S. Comportamento Sexual Pré-Marital: Um Teste da Teoria de Ação Racional. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, 2(1), 32-38, 1986.
- DURAND, R.M.; BEARDEN, W.O. ASHWORTH, G.E. & GUSTAFSON, W. Attitudinal and Normative Beliefs Underlying Individual Perceptions of Juror Service. *The Journal of Social Psychology*, 106, 207-213, 1978.
- ERICKSON, E. *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- FISHBEIN, M. Attitude and the Prediction of Behavior. In: FISHBEIN, M. *Readings in Attitude Theory and Measurement*. New York, John Wiley, 1967.
- FISHBEIN, M. & AJZEN, I. *Belief, Attitude, Intention, and Behavior: An Introduction to Theory and Research*. Reading, Massachusetts, USA, 1975.
- FISHBEIN, M.; AJZEN, I. & HINKLE, R. Predicting and Understanding Voting in American Electiores: Effects of External Variables. In: AJZEN, I. & FISHBEIN, M. *Understanding Attitudes and Predicting Social Behavior*. New Jersey, Prentice Hall, 1980.
- FREDRICKS, A. J. & DOSSETT, D.L. Attitude-Behavior Relations: A Comparison of the Fishbein - Ajzen and the Bentler - Speckart Models. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 45, n.º 3, 501-512, 1983.
- MANSTEAD, A.S.R.; PROFFITT, C. & SMART, J.L. Predicting and Understanding Mother's Infant-feeding Intentions and Behavior: Testing the Theory of Reasoned Action. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44(4): 657-671, 1983.
- MCKINNEY, J.P.; FITZGERALD, H.E. & STROMMEN, E.A. *Psicologia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1983.

- POMAZAL, R.J. & BROWN, J.D. Understanding Drug Use Motivation: A New Look at a Current Problem. *Journal of Health and Social Behavior*, 18, 212-222, 1977.
- POMAZAL, R.J. & JACCARD, J.J. An Information Approach to Altruistic Behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 33, 317-326, 1976.
- TANIZAKI, T.Y. Atitudes e Intenções de Jovens Estudantes em Relação ao Intercurso Sexual Pré-Marital: Uma Aplicação da Teoria de Fishbein e Ajzen. *Dissertação de Mestrado*, Universidade de Brasília, 1984.
- TUCK, M. *Como Escolhemos Psicologia do Consumidor*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.